



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA – 2006

N. Candidatura

0043

Classificação Prova

PROVA ESCRITA DE LÍNGUA PORTUGUESA
22 de Abril de 2006

FOLHA DE INSTRUÇÕES

Início da prova – 09h30 / termo da prova – 11h00

Leia atentamente as instruções seguidamente indicadas.

1. Assine a sua prova no local reservado para o efeito na ficha de identificação. No termo da prova, a ficha de identificação é separada pelo MNE do enunciado da prova, em ordem a garantir o anonimato do candidato. Qualquer forma de identificação do enunciado da prova – rubrica, assinatura – pelo candidato determina a sua exclusão do concurso.
2. A prova tem a duração de noventa (90) minutos. O enunciado da prova é constituído por 8 páginas, todas elas numeradas, contendo o conjunto das questões e os correspondentes espaços de resposta, que deverão ser respeitados. Responda numa caligrafia legível e utilize apenas os espaços reservados às respostas. Utilize exclusivamente as folhas de rascunhoostas à sua disposição. O uso de corrector não é autorizado. As respostas rasuradas não serão consideradas.
3. Quando terminar a sua prova, entregue-a aos responsáveis presentes na sala. Caso deseje efectuar desistência, declare-o por escrito e assine a declaração na ficha de identificação. Indique a sua opção aos responsáveis na entrega da prova.
4. Não é permitida a consulta de dicionários, glossários ou outros suportes pedagógicos.
5. Durante a prova, os candidatos não poderão por quaisquer meios comunicar entre si ou com qualquer outra pessoa estranha ao concurso, nem recorrer a qualquer tipo de documentação ou informação cuja utilização não tenha sido expressamente autorizada. A infracção ao anteriormente estipulado implicará para o candidato a sua exclusão do concurso. Durante a permanência na sala de prova os candidatos deverão desactivar os seus telemóveis e eventuais outros meios de comunicação de que sejam portadores, colocando-os de forma visível à sua direita.

CLASSIFICAÇÃO / CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A prova escrita de língua portuguesa será classificada de zero (0) a vinte (20) valores. A cada dez (10) pontos corresponde um (1) valor: Grupo I (escolha múltipla) – Cada resposta correcta a cada uma das catorze questões deste grupo equivale a cinco (5) pontos, num total de setenta (70) pontos; Grupo II (resumo) – Cada um dos dois textos a resumir corresponde a uma notação de trinta (30) pontos, num total de sessenta (60) pontos; Grupo III (composição de texto) – setenta (70) pontos.

As suas respostas serão avaliadas pela competência linguística, pela propriedade semântica e sintáctica, pela capacidade de síntese e pela pertinência e adequação da argumentação aduzida, dentro dos limites dos espaços de resposta.

Note que serão sempre feitos descontos por erros de ortografia, de propriedade lexical ou de sintaxe, bem como pela incapacidade em respeitar os limites fixados quer para os resumos quer para a composição de texto. Se obtiver mais de cento e trinta e nove (139) pontos na sua prova será considerado/a aprovado/a.

Grupo I – Escolha múltipla

Integram esta primeira parte três (3) textos (A, B e C) a que correspondem catorze (14) questões de escolha múltipla, numeradas sequencialmente de 1 a 14. Assinale com um X a resposta que corresponde de forma rigorosa e adequada ao sentido do texto. As respostas rasuradas não serão consideradas.

Texto A

“Talvez não se devesse falar das coisas de que vamos falar. Talvez a compostura já não seja uma opção, mas sim um imperativo. Talvez em certos casos o liberalismo não possa franquear as portas à verdade, porque essas portas dão para o Inferno. Ao fim e ao cabo, poderá dizer-se, temos de pagar por uma época histórica. Na História há acontecimentos que, durante algum tempo, por vezes mesmo durante muito tempo, não oferecem aos seres humanos decentes a possibilidade de uma discussão desapassionada ou irónica. Calamo-nos a respeito de certas coisas. E eu estou vivamente consciente dessa possibilidade. O que se impõe contra ela é precisamente a necessidade de evitar «a traição dos intelectuais». Falar com clareza – esta é a obrigação de quem escreve, o juramento de Hipócrates que fizemos na qualidade de humanistas e de professores.” (George Steiner, *Paixão Intacta*)

1. O que está pressuposto neste excerto é:
 - a) a impossibilidade total de falar de certas coisas;
 - b) a defesa de que não se deve falar de certas coisas;
 - c) a defesa de que há certas coisas sobre as quais se deve tentar falar;
 - d) a defesa da possibilidade de deixar de falar sobre certas coisas.

2. Escolha a afirmação que melhor corresponde ao sentido global do texto:
 - a) liberalismo e verdade são incompatíveis;
 - b) liberalismo e verdade conduzem sempre ao Inferno;
 - c) liberalismo e verdade nunca deixam de ser compatíveis;
 - d) liberalismo e verdade são, em certos casos, incompatíveis.

3. O autor considera que:
 - a) todos os intelectuais são traidores;
 - b) a traição dos intelectuais pode ser evitada;
 - c) os intelectuais estão contra a traição;
 - d) os intelectuais e os traidores não pertencem à mesma espécie.

4. No contexto, o sentido da palavra “imperativo” designa:
 - a) uma obrigação moral;
 - b) uma opção moral;
 - c) uma aceitação da realidade;
 - d) uma manifestação de conformismo.

5. *As portas que dão para o Inferno:*

- a) estão sempre franqueadas;
- b) estão sempre entreabertas;
- c) não existem;
- d) dependem de circunstâncias históricas.

6. *Escolha a afirmação que melhor se adequa ao sentido global do texto:*

- a) o texto defende uma noção de responsabilidade limitada;
- b) o texto defende a noção de que todos somos culpados dos erros do passado;
- c) o texto defende uma noção de responsabilidade crítica;
- d) o texto defende uma noção de irresponsabilidade ilimitada.

Texto B

“Os nomes de lugar têm vida contumaz e atravessam a sobreposição de várias civilizações. Algumas «ilhas» onde a toponímia se explica apenas pela língua actual, por nomes de pessoas ou alcunhas e por invocações religiosas, constituem [...] os últimos desertos humanos, arrêteados e povoados em data muito recente. [...] Mas a persistência de topónimos antigos não demonstra necessariamente a da população da área onde ocorrem.”
(Orlando Ribeiro, *A propósito de áreas lexicais no território português*)

7. *Escolha o sinónimo que melhor se adequa a «contumaz»:*

- a) repetitiva;
- b) tenaz;
- c) incapacitante;
- d) exígua.

8. *O texto considera que:*

- a) os nomes de lugar são todos historicamente equivalentes;
- b) a história não afecia os nomes de lugar;
- c) os nomes de lugar são todos recentes;
- d) os nomes de lugar são indícios históricos significativos.

9. *A persistência de topónimos antigos:*

- a) é sempre relacionável com uma população antiga;
- b) não demonstra que a população é recente;
- c) demonstra que a população não é necessariamente persistente;
- d) não é incompatível com uma população recente.

10. *Escolha a afirmação que melhor se adequa ao texto:*

- a) as populações vêm sempre ou de ilhas ou de desertos;
- b) ilhas e desertos surgem como metáfora da relação entre língua e povoamento;

- c) nas ilhas e nos desertos o povoamento dá conta apenas da língua actual;
- d) as ilhas e os desertos são prova de uma ligação muito forte à terra.

Texto C

“Mas porque deixou de ser a coragem um valor contemporâneo? Surpreendeu-me como tantas vezes, até de intelectuais que eu respeitá, se ergueram contra o nosso hino nacional, menosprezando o valor metafórico dos canhões contra os quais ele nos incita a marchar. Não é necessário provocar guerras para encontrar batalhas que exigem afirmação de bravura, ou coerência entre aquilo em que se acredita e o que se pratica. Olhando para trás, recordo algumas lutas que travei quando estudante universitário e como para elas nos preparávamos, num contínuo e complexo processo de moldagem, que incluía, além da busca da coerência a que aludi, um certo rigor formal na expressão dos nossos pontos de vista e um sentido estético apurado no convívio cultural, que levava à hierarquização dos valores, não à sua redução a um relativismo arrasador. Até adivinhámos que, como disse Sir Isaiah Berlin, em certas alturas não é possível evitar o risco moral.”

(João Lobo Antunes, *Numa Cidade Feliz*)

11. Este texto tem como principal objetivo argumentar:

- a) em favor da relativização dos valores;
- b) em favor do hino nacional;
- c) em favor da coragem física;
- d) em favor da coragem moral.

12. Escolha a afirmação que melhor se adequa ao sentido global do texto:

- a) a coragem implica um complexo processo de construção;
- b) a coragem é apenas uma questão de coerência;
- c) a coragem depende do sentido estético;
- d) a coragem dá origem ao sentido estético.

13. Entende-se que:

- a) a manifestação da bravura já não é possível em nenhum domínio da acção humana;
- b) a bravura coincide com a capacidade de os homens marcharem contra os canhões;
- c) as guerras contemporâneas já não pedem bravura aos homens;
- d) as guerras contemporâneas podem encontrar-se em múltiplos domínios da acção humana.

14. O texto considera que:

- a) o risco moral é sempre desnecessário;
- b) em determinadas circunstâncias, o risco moral não deixa de ser evitável;
- c) em determinadas circunstâncias, é impossível evitar o risco moral;
- d) o risco moral é sempre uma inevitabilidade.

Pontuação Grupo I

--

Grupo II – Resumos

Integram esta parte dois (2) textos a resumir, num máximo de seis (6) linhas para cada um. Tenha em atenção o facto de que deve realizar o resumo em função das ideias principais do texto, afastando as secundárias e acessórias, bem como em função do modo como elas se imbricam. Recorde que um dos objectivos do resumo é saber suspender as opiniões próprias, de forma a reproduzir com fidelidade o pensamento alheio.

Texto 1

“A democracia participativa imbrica-se [...] com determinados dados das sociedades contemporâneas: a inelutabilidade dos grupos de interesses; a necessidade de lhes dar voz e de os conciliar; a irrupção de formas ditas corporativas ou neocorporativas; a consequente inserção no processo legislativo, formal ou informalmente, de elementos também de concertação, negociação e auxiliabilidade; o diálogo dentro e fora do Parlamento.

De todo o modo, como se verifica, participação não significa – como é óbvio – competência legislativa. Nem poderia significar, porque a democracia participativa é sectorial e apenas os órgãos representativos baseados no sufrágio universal podem formar e exprimir uma vontade colectiva correspondente ao interesse geral da comunidade e a uma perspectiva de futuro (que os grupos não conseguem sentir). Os interessados devem ou podem ser ouvidos antes da tomada de decisões – inclusive legislativas – que os afectem especificamente, mas não se lhes substituem.”

(Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional*, tomo V)

Texto 2

“Talvez só rivalizando com o amor ou tantas vezes magnificamente combinada com ele, a guerra tem sido, ao longo da história, tema de inspiração para os grandes escritores de todos os tempos. Cronistas gregos, romanos e hebreus, épicos e dramaturgos, foram repetidamente inspirados pela guerra e pelos ideais a ela ligados para escreverem aquelas que haviam de ser algumas das grandes obras de referência da civilização judaico-cristã. Também no grande *corpus* de literatura europeia de sagas medievais e épicas a guerra foi sendo um tema central, ligando-se a ela ideias de identidade e grandeza nacionais, de heroicidade e de um imaginário religioso ligado à afirmação do ideal de Cruzada de conquista do mundo para Cristo. Com a Renascença e o alargamento do mundo que os Descobrimientos trouxeram, os movimentos de conquista das novas terras foram acentuando os ideais político-religiosos já amplamente desenhados na Idade Média. Camões, o grande poeta do amor, mas também “o grande cultor de batalhas”, narra em *Os Lusíadas* a acção de conquista dos navegantes portugueses, integrando-a num movimento mundial de Cruzada e segundo um modelo ficcional que realça a vertente heróica dos factos que refere [...], e o valor profético da missão [...]. Mas, de acordo com os historiadores, só com o advento do Romantismo, em que se afirma a valorização do “eu” e da sua perspectiva poética ou narrativa enquanto sujeito experienciador da história e do seu tempo, é que genericamente podemos considerar a existência de uma literatura de guerra no sentido moderno.”

(Margarida Calafate Ribeiro, “África no Feminino: as Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial”)

Pontuação Grupo I+II

Grupo III – Composição de texto

Num máximo de quinze (15) linhas, redija um texto em que apresente a argumentação favorável ou desfavorável relativamente ao enunciado seguinte:

“A anarquia é o átrio da tirania e a tirania é o átrio da anarquia.”
(Manuel Antunes, *Repensar Portugal*)

10
15

Pontuação Global (I+II+III)